

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº 259707/05	
DIVISÃO: D.I.U.R.B. Nº 056/2005	
Parecer Técnico DIURB Nº 056/2005	
Processo: COPAM Nº 004/1999/003/2002	
FL Nº 134	
FUND. ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: Tennessee Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Loteamento Manoel Brandão
Atividade: Loteamento residencial
Endereço de Correspondência: Av. Afonso Pena, 262/2109
Localização do Empreendimento: Fazenda Campinho, Rodovia Pedro Leopoldo, Km 18
Município: Pedro Leopoldo - MG
Referência: Pedido de Reconsideração Auto de Infração 1.163/2002

Classe: 3

RESUMO

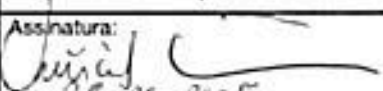
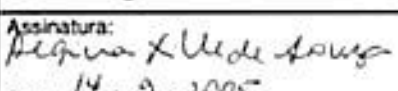
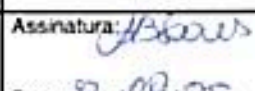
O presente Parecer Técnico analisa pedido de reconsideração do Auto de Infração nº 1163/2002

O empreendimento denominado Loteamento Manoel Brandão, encontra-se em processo de Licença de Instalação, em caráter corretivo, e localiza-se no Município de Pedro Leopoldo. Abrange área total de 91,80ha localizado na Zona de Expansão Metropolitana de Pedro Leopoldo, junto à divisa com o município de Ribeirão das Neves. O loteamento é de responsabilidade da Tennessee Empreendimentos Ltda que propõe 1.227 lotes, com área média de 200 m². De acordo com o RCA, o empreendimento destina-se ao uso predominantemente residencial unifamiliar por população de baixa renda e atividades comerciais e serviços de apoio de caráter local.

O empreendimento foi vistoriado no dia 30-09-2002, quando se verificou uma série de irregularidades que vêm causando danos ambientais, urbanísticos e aos direitos dos consumidores, tais como:

- Implantação do loteamento, já em processo de ocupação, sem a licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO.
- Realizar atividade que cause degradação ambiental, mediante o corte de Floresta Atlântica semidecidual, para a abertura de sistema viário; intervenção direta em Áreas de Preservação Permanente (APPs) de nascente e curso d'água, através de aterro e ocupação das mesmas por lotes e sistema viário; retificação de curso d'água e desencadeamento e desenvolvimento de processos erosivos, provocando o assoreamento de cursos d'água.
- Ausência de infra-estrutura sanitária com o lançamento de esgoto "in natura" em curso d'água ou dispostos em fossas negras, situadas a pequenas distâncias dos pontos individuais de captação de água para abastecimento. Verificou-se também a queima e a disposição inadequada dos resíduos sólidos gerados na área.

Assim, foi lavrado o Auto de Infração nº 1163/2002 com fundamento nos incisos 1, 6 e 8 do § 3º do Decreto Estadual n. 39.424/98, em conformidade com o relatório de vistoria da equipe da FEAM em 30-09-2002. Os Pareceres Técnico e Jurídico concluíram a procedência do Auto de Infração e aplicação de penalidade.

Divisão de Projetos Urbanísticos e Infra-Estrutura de Transporte - DIURB		Diretoria de Infra-estrutura e Monitoramento - DIREM
Autor: Vinicius Marques Antunes Ribeiro	Gerente: Regina Lúcia Medeiros de Souza	Diretora: Alice Beatriz Pereira Soares
Assinatura: 	Assinatura: 	Assinatura: 
Data: 09/09/2005	Data: 14/09/2005	Data: 27/09/05

Alice Beatriz Pereira Soares
Diretora de Infra-Estrutura e Monitoramento

Em 07-11-2003 a CIF/COPAM determinou aplicação de multa gravíssima no valor de R\$ 79.810,68 acrescida de 1/3 deste valor determinado. Em 11-11-2003 foi publicado no Diário do Executivo, notificação de abertura do processo Administrativo para exame de Auto de Infração (004/1999/003/2002), determinando multa de R\$ 26.603,56. Em 12-11-2003 foi publicado no Diário do Executivo retificação da publicação anterior: aplicação de 3 multas no valor de R\$ 26.603,56 cada, acrescidas de 1/3.

Em 17-12-2003 o empreendedor recebeu o OF/COPAM/FEAM/Nº1293/2003 informando sobre o julgamento de Auto de Infração e a manutenção da penalidade.

Em 05-01-2004 o empreendedor apresentou Pedido de Reconsideração das penalidades alegando: que não houve supressão de espécimes de Mata Atlântica (de acordo com um dos Pareceres Técnicos do IEF); que a responsabilidade pela ocupação dos lotes e lançamento do esgoto *in natura* é dos proprietários dos mesmos; que o Auto de Infração não especifica os danos à saúde humana que foram constatados.

Após análise das alegações apresentadas pelo empreendedor, concluímos que até o momento não foram apresentadas justificativas técnicas para a descaracterização ou arquivamento do Auto de Infração nº 1163/2002. Sendo assim, sugerimos a manutenção das penalidades pela CIF/COPAM após apreciação do Pedido de Reconsideração pela PROJUR/FEAM.



INTRODUÇÃO

O empreendimento denominado Loteamento Manoel Brandão, encontra-se em processo de Licença de Instalação, em caráter corretivo, e localiza-se no Município de Pedro Leopoldo. Abrange área total de 91,80ha localizado na Zona de Expansão Metropolitana de Pedro Leopoldo, junto à divisa com o município de Ribeirão das Neves. O loteamento é de responsabilidade da Tennessee Empreendimentos Ltda que propõe 1.227 lotes, com área média de 200 m². De acordo com o RCA, o empreendimento destina-se ao uso predominantemente residencial unifamiliar por população de baixa renda e atividades comerciais e serviços de apoio de caráter local.

O empreendimento foi vistoriado no dia 30-09-2002, quando se verificou uma série de irregularidades que vêm causando danos ambientais, urbanísticos e aos direitos dos consumidores, tais como:

- Implantação do loteamento, já em processo de ocupação, sem a licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO.
- Realizar atividade que cause degradação ambiental, mediante o corte de Floresta Atlântica semidecidual, para a abertura de sistema viário; intervenção direta em Áreas de Preservação Permanente (APP) de nascente e curso d'água, através de aterro e ocupação das mesmas por lotes e sistema viário; retificação de curso d'água e desencadeamento e desenvolvimento de processos erosivos, provocando o assoreamento de cursos d'água.
- Ausência de infra-estrutura sanitária com o lançamento de esgoto "in natura" em curso d'água ou dispostos em fossas negras, situadas a pequenas distâncias dos pontos individuais de captação de água para abastecimento. Verificou-se também a queima e a disposição inadequada dos resíduos sólidos gerados na área.

Assim, foi lavrado o Auto de Infração nº 1163/2002 com fundamento nos incisos 1, 6 e 8 do § 3º do Decreto Estadual n. 39.424/98, em conformidade com o relatório de vistoria da equipe da FEAM em 30-09-2002. Os Pareceres Técnico e Jurídico concluíram a procedência do Auto de Infração e aplicação de penalidade.

Em 07-11-2003 a CIF/COPAM determinou aplicação de multa gravíssima no valor de R\$ 79.810,68 acrescida de 1/3 deste valor determinado. Em 11-11-2003 foi publicado no Diário do Executivo notificação de abertura do processo Administrativo para exame de Auto de Infração (004/1999/003/2002), determinando multa de R\$ 26.603,56. Em 12-11-2003 foi publicado Diário do Executivo, nota de retificação da publicação anterior: aplicação de 3 multas no valor de R\$ 26.603,56 cada, acrescidas de 1/3.



Em 17-12-2003 o empreendedor recebeu o OF/COPAM/FEAM/Nº1293/2003 informando sobre o julgamento de Auto de Infração e a manutenção da penalidade.

Em 05-01-2004 o empreendedor apresentou Pedido de Reconsideração da penalidade, objeto de análise deste parecer.

DISCUSSÃO

Em seu pedido de reconsideração o empreendedor apresentou argumentação em sua defesa quanto às irregularidades levantadas. A seguir encontram-se os argumentos do empreendedor e seus respectivos comentários:



- 1) *Implantação do loteamento, já em processo de ocupação, sem a licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO.*

Em Parecer Jurídico da FEAM foi informado que esta irregularidade realmente não procede, pois não constou no Auto de Infração a disposição regulamentar referente à falta de Licença de Instalação (item 1, parágrafo 2º, art. 19, do Decreto 39.424/98), que é requisito essencial quanto à validade do ato e, portanto, a empresa não poderá ser penalizada, no tocante de tal realidade. O empreendedor argumenta que o empreendimento não estava operando e que as residências identificadas em vistoria foram implantadas pelos compradores e que pelas regras do Direito Civil, quando o promissário comprador adquire um lote de um determinado empreendimento imobiliário passa a deter o domínio a posse do mesmo e, sendo assim, a responsabilidade da construção de casas passa a ser dos promissários compradores, e não do empreendedor.

- 2) *Realizar atividade que cause degradação ambiental, mediante o corte de Floresta Atlântica semidecidual, para a abertura de sistema viário; intervenção direta em Áreas de Preservação Permanente (APP) de nascente e curso d'água, através de aterro e ocupação das mesmas por lotes e sistema viário; retificação de curso d'água e desencadeamento e desenvolvimento de processos erosivos, provocando o assoreamento de cursos d'água.*

Quanto a esta infração, o empreendedor procurou comprovar por meio de Parecer Técnico do IEF de 20-06-01, que "a vegetação é composta de remanescentes de mata de transição de Cerrado" e "no que tange às APPs, estas estão devidamente intactas, existindo uma pequena área que alagada em função de obstrução do dreno situado na propriedade vizinha, Fazenda da Estiva, devido à extração de areia...". Ainda, em sua defesa, o empreendedor apresentou trechos do depoimento do técnico do IEF-Dr. Roberto Guimarães Silveira, prestado à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Pedro Leopoldo, sobre a implantação do loteamento da recorrente que consta: *o referido técnico está trabalhando no Posto de Atendimento do IEF em Pedro Leopoldo há*



aproximadamente 3 anos e dois meses, no cargo de Analista da Biodiversidade II; esteve no local onde está sendo implantado o loteamento Manoel Brandão em 20-06-2001; constatou na ocasião, a presença de um acesso de terra da antiga fazenda, área de vegetação, em sua maioria consistente em pastos, pequenas áreas de transição, uma lagoa artificial, originária de extração de areia; relativamente à vegetação, verificou que havia o corte de vegetação nos locais de construção das casas, mas somente vegetação rasteira pioneira (invasora, de rápido crescimento); as áreas de vegetação densa, consideradas áreas verdes, estavam intactas, o declarante não observou nenhum curso d'água, nascente, áreas alagadiças (com exceção da lagoa); que o mesmo não considera a vegetação do local como Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio e avançado de regeneração e também não considera APP uma área alagada, porque a mesma é resultante de intervenção antrópica (exploração de areia); a área de mata existente no local é caracterizada como tipologia florestal tensão ecológica ou mata de transição entre capoeira e cerrado e grifou "esta área não é de preservação permanente".

Baseando-se nos argumentos apresentados pelo técnico do IEF, o recorrente alega que não realizou interferência em APP, nem tampouco efetuou corte de Floresta Atlântica e que, as atribuições para emissão de opiniões sobre intervenção em áreas de preservação permanente e questões florestais, são do IEF e que esta infração deverá ser descaracterizada. Entretanto, cabe ressaltar, que em Parecer Técnico do IEF, datado de 09-07-1998 (em anexo), cita: "Ocorre campo sujo em grande área (parte) da propriedade, pois anteriormente foi utilizada para a agricultura, observa-se que a tipologia denominada de Floresta Estacional Semidecidual, ocorre na propriedade em locais onde se pretende efetuar o parcelamento do solo, distribuídas aleatoriamente de forma adensada...". A posição da FEAM quanto a tipologia vegetal da área é, portanto, corroborada pelo Parecer Técnico -IEF de 09-07-1998.

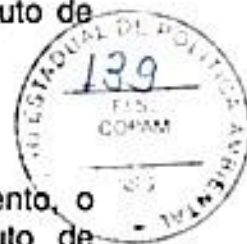
- 3) *Ausência de infra-estrutura sanitária com o lançamento de esgoto "in natura" em curso d'água ou dispostos em fossas negras, situadas a pequenas distâncias dos pontos individuais de captação de água para abastecimento. Verificou-se também a queima e a disposição inadequada dos resíduos sólidos gerados na área.*

O recorrente alega que esta irregularidade não é de sua responsabilidade e acrescenta que não existe tipificação legal de "ausência de infra-estrutura sanitária", no Decreto nº 39.424/98 que refere-se a "causar poluição ou degradação ambiental que possa trazer danos à saúde humana". Ainda, o requerente, afirma que no Auto de Infração não especifica os danos causados à população humana advindos do empreendimento e que o lançamento de esgotos é de responsabilidade dos proprietários dos lotes, uma vez que o recorrente já havia celebrado contrato com a COPASA para esgotamento sanitário do loteamento (documento em anexo).

Em síntese, o empreendedor requer à CIF/COPAM o arquivamento do Auto de Infração nº 1163/2002.

CONCLUSÃO

Diante do discutido neste Parecer Técnico, concluímos que até o momento, o empreendedor não apresentou justificativas para arquivamento do Auto de Infração nº 1163/2002. Sendo assim, sugerimos a manutenção das penalidades pela CIF/COPAM após apreciação do Pedido de Reconsideração pela PROJUR/FEAM.



feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
Protocolo nº	486762/07
Divisão:	PRO-27/09/07
Mat.:	Visto: <i>Elleide</i>
FL. Nº 141	
FUND. ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	

Processo nº 004/1999/003/2002

Ref: Pedido de Reconsideração relativo ao Auto de Infração nº 1163/2002

Apresentado por TENNESSEE Empreendimentos Ltda

PARECER JURÍDICO

I) Relatório

A empresa em epígrafe foi multada pela Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM em 7.11.2003, no valor de R\$79.810,68, acrescida de 1/3, com fulcro nos itens 1, 6 e 8, do §3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, por ter cometido as seguintes irregularidades, *in verbis*:

"Implantação de loteamento, já em processo de ocupação, sem a Licença de Instalação – LI e a Licença de Operação – LO.

Realizar atividade que cause degradação ambiental, mediante o corte de Floresta Atlântica Semidecidual, para a abertura de sistema viário; intervenção direta em Áreas de Preservação Permanente (APP's) de nascente e cursos d'água, através de aterro e ocupação das mesmas por lotes e sistema viário; retificação de curso d'água e desencadeamento e desenvolvimento de processos erosivos provocando o assoreamento de cursos d'água.

Ausência de infra-estrutura sanitária com o lançamento de esgoto "in natura" em curso d'água ou dispostos em fossas negras situadas a pequenas distâncias dos pontos individuais de captação de água de abastecimento. Verificou-se também a queima e disposição inadequada dos resíduos sólidos gerados na área."

Regularmente notificada da decisão de aplicação das multas, através do ofício OF/COPAM/FEAM/Nº 1293/2003, a autuada apresentou, tempestivamente, seu Pedido de Reconsideração, no qual alega o seguinte:

Item 1

- ausência da indicação do fundamento legal para a autuação;
- em pese a existência de edificações no empreendimento, sustenta que não estava operando, sendo que o disposto na DN 58/2002 (art. 5º - A ocupação de lotes por edificações para fins residenciais configura, para efeito desta Deliberação Normativa, a operação do empreendimento) é contrário ao Direito e inadequado juridicamente;

Item 6

- não realizou atividade que causasse degradação ambiental em área de preservação permanente;

fl

**Item 8**

- alega que não causou poluição ou degradação ambiental que possa ter trazido danos à saúde humana, uma vez que os respectivos proprietários dos lotes que provocaram o lançamento de esgoto,
- entende que cabe a cada promissário-comprador que optou pela antecipação da construção da moradia o dever de dotá-la de infra-estrutura sanitária provisória, até ação coordenada da COPASA

Por fim, requer o arquivamento do auto de infração.

II – Análise Técnica

O **Parecer Técnico** informa que o empreendimento foi vistoriado no dia 30.9.2002 quando se verificou uma série de irregularidades que vêm causando danos ambientais, urbanísticos e aos direitos do consumidor.

Quanto à infração descrita no item 6, §3º, do art. 19, do Decreto 39.424/98, o Parecer Técnico da FEAM refuta os argumentos da autuada, ressaltando que o Parecer do IEF, datado de 9.7.1998, cita: *"Ocorre campo sujo em grande área (parte) da propriedade, pois anteriormente foi utilizada para agricultura, observa-se que a tipologia denominada de Floresta Estacioanal Semidecidual, ocorre na propriedade em locais onde se pretende efetuar o parcelamento do solo, distribuídas aleatoriamente de forma adensada..."*

Conclui que até o momento a autuada não apresentou justificativas suficientes para determinar o arquivamento do auto de infração, sugerindo, por fim, a manutenção das penalidades aplicadas pela CIF/COPAM.

III – Análise Jurídica

Do ponto de vista jurídico as infrações restaram plenamente caracterizadas, sendo que as alegações apresentadas no pedido de reconsideração não possuem respaldo para arquivar o presente processo.

Édis Milaré, em Direito do Ambiente, 4ª edição, Editora Revista dos Tribunais, quanto ao ônus da prova, menciona que "o processo para apuração de uma conduta infracional é instaurado a partir da prática de um ato administrativo: a lavratura de um auto de infração. Na qualidade de ato emanado da autoridade competente goza do atributo de presunção de legitimidade, que alcança, ao mesmo tempo, as razões de fato (veracidade) e os fundamentos de direito (legalidade) ensejadores da autuação."

Ora, a autuação é ato administrativo que goza de presunção de legalidade, porquanto realizada por servidor com capacidade técnica para apurar a ocorrência de dano ambiental. Porquanto, em virtude desse atributo, o ônus da prova é carregado ao suposto infrator, a quem incumbe desconstituir o auto de infração, demonstrando estarem ausentes os pressupostos jurídicos da responsabilidade administrativa, o que não ocorreu na presente situação.

PC



feam

Lado outro, cumpre salientarmos que existe a responsabilidade administrativa ambiental quando ocorrerem infrações às normas ambientais. Nesse diapasão, é certo que as infrações ambientais são caracterizadas pela conduta ilícita (em desacordo com a lei). Assim, podemos concluir que, em respeito ao princípio da legalidade da atuação da Administração, só há que se falar em responsabilidade administrativa quando lei ambiental for violada.

Na presente questão, o auto de infração nº 1163/2002 contém a descrição das condutas inapropriadas, assim como o fundamento legal, exceto quanto ao que diz respeito a "instalar... sem Licença de Instalação". Entretanto, conforme orientação contida no parecer jurídico de fls. 95/97, a CIF, em reunião realizada em 7.11.2003, não penalizou a autuada por instalar sem LI, mas sim por ter cometido as seguintes irregularidades:

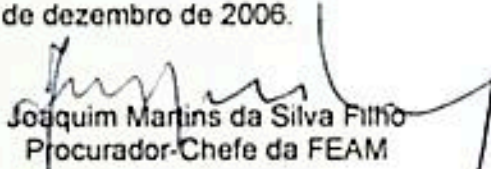
- dar início ou prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação;
- causar poluição ou degradação ambiental que provoque destruição ou outros efeitos adversos à biota nativa ou às plantas cultivadas e às criações de animais; e
- causar poluição ou degradação ambiental que possa trazer danos à saúde humana.

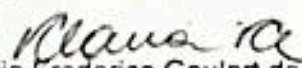
IV) Conclusão

Diante do exposto, considerando que a autuada não trouxe a este órgão ambiental dados, fatos novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar as infrações cometidas, sugerimos à Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM que mantenha as penalidades aplicadas.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2006.


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador-Chefe da FEAM


Flávia Frederico Goulart de Oliveira
Consultora Jurídica
OAB/MG 65.657


Denise Bernardes Couto
CONSULTORA JURÍDICA
OAB - MG 57973

10/05/07